

A quem servirá a nova gestão da Unesp?

As perguntas que a comunidade acadêmica deseja ver respondidas

Falar da gestão que se encerra, depois de quatro anos dos mais turbulentos da história da Unesp, é mais do que necessário. É preciso manter os fatos vivos, para que não se repitam e sirvam como alerta para as ações que virão da gestão que se inicia.

A consulta eleitoral realizada em novembro de 2004, que apontou o professor Marcos Macari como novo reitor da instituição, revelou um cenário de apatia e descrença generalizadas na comunidade acadêmica. Houvesse a paridade entre os três segmentos, os resultados mostrariam com mais força ainda uma eleição dividida, em que o vencedor não dispõe de hegemonia política na Universidade. A expressiva abstenção, nos três segmentos, é um dos mais fortes sinais disso.

Os novos dirigentes da Unesp, embora tivessem participado da gestão Trindade, elegeram-se com um discurso de tom oposicionista. Agora, eleitos, precisam responder à expectativa de mudança que geraram. Todos querem saber o que pretendem fazer diante de situações complexas, algumas delas bastante graves, que dizem respeito ao presente e ao futuro da Unesp como universidade pública, gratuita e de qualidade. A gestão Trindade trouxe mudanças que abalaram a instituição e fizeram retroceder conquistas duramente obtidas pela comunidade. Foram quatro anos que serviram para concentrar todas as contradições que a Unesp viveu desde a sua fundação e que trouxeram de volta situações de truculência e repressão que há muito não se via, além de antecipar mudanças que somente agora se discute no país, por



conta da Reforma Universitária do governo Lula.

Esta edição do **Boletim Conjunto Adunesp/Sintunesp** não tem apenas o objetivo de lembrar os principais problemas da gestão Trindade, mas também – e principalmente – questionar os novos dirigentes sobre como vão se portar diante deles.

Muitos foram os momentos em que a comunidade foi desrespeitada nestes últimos quatro anos. Muitas foram as medidas autoritárias, que colocaram em xeque a qualidade da instituição, boa parte delas já no início do mandato do professor José Carlos de Souza Trindade. Por exemplo:

- a suspensão do plano de obras aprovado na gestão anterior pelo órgãos colegiados;
- a assinatura dos convênios PEC-For-

mação Universitária com a Secretaria de Estado da Educação, criando cursos virtuais para a formação de professores do ensino fundamental, sem discussão com a comunidade. Posteriormente, viria o Pedagogia Cidadã, curso em vigor em dezenas de cidades do estado, em muitos casos sendo cobrado dos alunos. Ambos os programas – PEC-Formação Universitária e Pedagogia Cidadã – colocaram a Unesp na vanguarda de um novo modelo de educação no país, aligeirada, majoritariamente à distância e de duvidosa qualidade.

- a transformação da possível transferência da sede da Reitoria para o



interior em um verdadeiro leilão do tipo “quem dá mais leva”, sem consulta aos professores, alunos e funcionários;

- a criação de cursos (como os de Biologia Marinha e Engenharia do Pescaço, em São Vicente) sem discussão nas instâncias competentes;

- a constituição de Comissão de Avaliação Institucional sem o devido respeito do Estatuto da Unesp e sem discussão com os segmentos organizados da Universidade.

Expansão: um terremoto chamado Trindade

A expansão de vagas e cursos revelou-se o fato mais marcante da gestão Trindade. Sem garantia de recursos, foram criadas oito Unidades Diferenciadas (UD's) e diversos cursos novos em *campi* já existentes. O relatório recém-apresentado pela Comissão de Averiguação sobre as finanças da Universidade (criada pelo CO), mostra que a situação é caótica. Embora o número de alunos formados na graduação tenha aumentado 76,3%, comparando-se o ano de 2003 a 1992, por exemplo, temos uma queda de 8,7% no total de docentes da instituição. O número de docentes em regime de dedicação exclusiva (RDIDP), requisito essencial para a manutenção do tripé ensino/pesquisa/expansão, caiu 16,3% neste mesmo período. Os regimes parciais (RTC e RTP), ao contrário, cresceram 80,7% entre 2001 e 2003.

De todos os desmandos que levaram a marca da gestão Trindade, o que requisitou maior esforço na sua implantação foi o de criação das UD's. Para aprová-las, o reitor usou todos os recursos disponíveis, desde tornar pública a aprovação do mérito do projeto nos órgãos colegiados (uma falácia usada pela reitoria para nos fazer descer goela abaixo seus projetos, o que é anti-estatutário, pois não significa que o projeto foi de fato aprovado), até o uso da violência física e da repressão policial. Na sessão do CO de 29 de agosto deste ano, realizada em Araçatuba, o reitor solicitou à Polícia Militar que cercasse o campus, para “garantir a votação”. A tarefa foi cumprida com policiais armados até os dentes, cães e gás de pimenta. Não contente com isso, o reitor ainda ins-

taurou uma sindicância contra alguns dos presentes, como é o caso do professor Milton Vieira do Prado Júnior, presidente da Adunesp, além de outros docentes, servidores e alunos.

Usando a criação de novos cursos nos *campi* já existentes como moeda de troca, o reitor conseguiu o apoio de grande parte dos diretores para a criação das UD's. Assim, sem que houvesse quaisquer garantias acadêmica, administrativa e de verbas nos anos seguintes, surgiram as unidades de Dracena, Tupã, Rosana, Registro, Itapeva, Ourinhos, Sorocaba e Iperó. Os frutos da irresponsabilidade e da submissão da administração da nossa Universidade aos interesses eleitorais do PSDB hoje podem ser vistos a olho nu.

O que fará o novo reitor?

A situação é grave, não resta dúvida. Os resultados de uma outra comissão de averiguação criada pelo CO, desta feita para estudar a quantas andam os novos cursos e unidades, mostram que há problemas gravíssimos (falta de professores e laboratórios, instalações precárias etc etc).

E, o que já é ruim... pode ficar ainda mais caótico. Na Lei Orçamentária (LO) para 2005, aprovada no dia 29/12/2004, na Assembléia Legislativa de SP, não há recursos adicionais às universidades estaduais paulistas (extra-cota) para a expansão. Segundo informações veiculadas na agência de notícias da Assembléia, a única das três universidades que aparece na LO com rubrica específica para a expansão é a USP. A justificativa é que se trata de cursos e vagas novas (Zona Leste), o que não acontece com a Unesp e a Unicamp.

Sem garantia de verbas extra-cota, fica comprometido o futuro das Unidades Diferenciadas e o prejuízo recairá sobre os ombros da comunidade universitária e da população daquelas regiões.

O que fará o reitor a esse respeito?

Eleições diretas e paritárias em todos os níveis na Unesp!

Respeito às decisões dos órgãos colegiados!

Revisão dos convênios com as prefeituras em relação às Unidades Diferenciadas!

Transparência e prestação de contas do uso das verbas extra-cota!

Financiamento público da expansão na Unesp. Incorporação das verbas extra-cota ao orçamento da Universidade!

Suspensão e análise das operações de crédito com o BNDES e governo alemão!

Suspensão e análise do acordo feito com o IPESP!

Reposição de docentes em RDIDP e de funcionários por concurso público!

Auditoria pública nas contas das fundações da Unesp!

A última tratorada

Trindade ignorou os resultados das comissões. O que fará o novo reitor?

A reunião extraordinária do Conselho Universitário para avaliar os resultados da Comissão de Averiguação das finanças da Universidade e da Comissão criada para estudar a integração das UD's e do campus do Litoral Paulista, marcada para 15/12, foi suspensa pelo reitor Trindade. A intenção, claramente, foi a de impedir que os dados apresentados pudessem ser debatidos pelos conselheiros e chegassem à comunidade.

Na reunião ordinária do CO, realizada em 13/12, Adunesp e Sintunesp distribuíram um documento de denúncia desse fato, cobrando dos conselheiros uma reação a mais esse ato antidemocrático e autoritário do reitor Trindade. Como resultado, o CO optou por aprovar 2/12 da peça orçamentária, deixando o restante para ser definido numa nova reunião do CO, já sob direção do próximo reitor.

Em outra reunião do CO chamada pelo reitor Trindade, nos dias 10 e 11/1, novo circo foi armado. Embora fosse colocado em discussão o relatório da Comissão de Averiguação das finanças, poucas e nada convincentes explicações foram dadas e, devido à falta de quórum, não houve debate do assunto.

A Comissão de Averiguação das finanças da Universidade aponta problemas graves. Além da falta de professores e funcionários, como foi citado anteriormente, há alguns fatos que merecem destaque. Entre eles:

Endividamento

Após constatar uma “deterioração” da situação financeira da Unesp nos últimos anos, a Comissão avalia as operações de

crédito com o BNDES e com o governo alemão, recomendando que todas sejam revistas. “Essas operações, no médio e longo prazo, poderão comprometer significativamente os investimentos da Universidade nos próximos anos”, diz um trecho do relatório da comissão.

Renegociação com o IPESP

A renegociação da Unesp com o IPESP, feita isoladamente pela reitoria da Unesp – à margem dos órgãos colegiados da instituição e quebrando a isonomia no Crulesp –, também é preocupante. Segundo a Comissão de Averiguação, o volume da dívida é de, aproximadamente, 512 milhões de reais, a serem pagos em 360 parcelas, a partir de janeiro/2004. A indicação da Comissão é que tal acordo seja revisado pelo CO. Além disso, sugere um estudo para a inclusão dos inativos da Unesp, preservando-se todos os seus direitos, nos quadros do IPESP. “Caso não haja, por

parte do IPESP e do governo do estado, qualquer medida no sentido de assunção dos inativos, o CO deverá apreciar a proposta de rompimento do acordo, uma vez que, nos termos em que ele foi negociado, há evidentes prejuízos financeiros para a Unesp”, diz o relatório.

Mais Unesp

O relatório da Comissão de Averiguação indica vários problemas em relação ao Mais Unesp, desde valores de repasse excessivamente altos, até possíveis irregularidades, como a contratação de uma empresa de São Vicente, vinculada ao superintendente do Plano, o médico Eli Celice Dias. A Comissão sugere a “realização de uma análise profunda e urgente da situação do Programa Mais Unesp, contemplando avaliação de sua sustentabilidade, gastos operacionais e modelo de administração”.

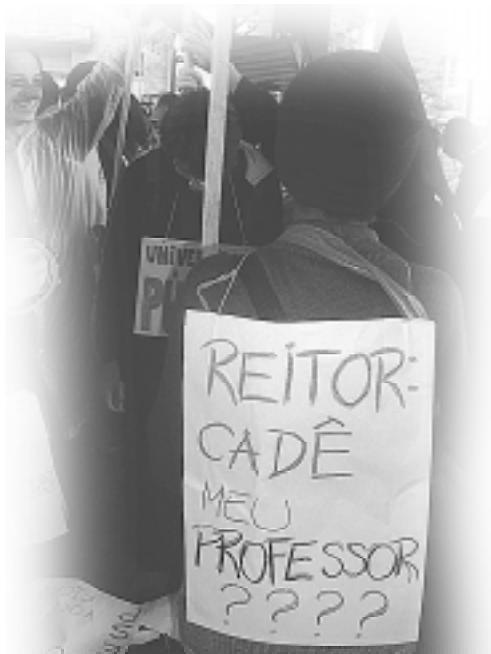


Que o orçamento 2005 atenda aos interesses do ensino público, gratuito e de qualidade

Caberá ao novo reitor a condução da reunião do CO, provavelmente em fevereiro/2005, que definirá os restantes 10/12 do orçamento 2005. Adunesp e Sintunesp propõem que esta reunião dê início a um profundo estudo sobre os resultados apresentados pela Comissão de Averiguação e que todas as medidas sejam tomadas para garantir que os culpados por eventuais desvios de verbas e má condução das contas da Universidade sejam apontados.

O novo reitor terá a oportunidade de discutir e aprovar um orçamento diferente do que vinha sendo delineado na proposta enviada pela gestão Trindade. Por isso, é hora de discutir e incorporar as legítimas reivindicações da comunidade acadêmica. Na *Carta Compromisso* apresentada pela Adunesp aos candidatos durante a campanha eleitoral (o reitor eleito não respondeu se concorda ou não com ela), estão os pontos considerados mais importantes. Veja a seguir:

- Contra a reforma universitária (ProUni, Lei de Inovação Tecnológica, Parceria Público-Privada);
- Reuniões periódicas com os Sindicatos, sempre que solicitado, com temáticas relevantes à Universidade;
- Independência da Universidade frente aos governos federal, estadual e municipal;
- Contra qualquer tipo de ensino pago na Universidade;
- Diagnóstico sobre as fundações da Universidade, visando a transparência financeira e política;
- Participação dos Sindicatos no Conselho Universitário com direito a voz, com um representante, semelhante ao que ocorre nas congregações;
- Fim de toda perseguição política nas universidades, com a readmissão de demitidos políticos e a suspensão imediata das punições e de processos disciplinares e legais de origem política contra estudantes, funcionários, professores e organizações sindicais e estudantis;



- Autonomia de organização sindical e estudantil;
- Eleição direta e paritária para reitor, com rebaixamento de titulação;
- Orçamento participativo.
- Definição de uma política salarial com acompanhamento das perdas salariais, junto ao Cruesp;
- Intensificação da luta pela garantia de financiamento estatal integral e combater a privatização das IES públicas, bem como denunciar o aligeiramento dos cursos de licenciatura e pedagogia das IES;
- Luta pelo aumento da dotação orçamentária das universidades estaduais para 11,6% do ICMS e 2% para o Ceeteps, junto ao governo estadual, e que este cumpra a Constituição, com repasse das verbas ali estabelecidas para educação e C&T;
- Manutenção do vínculo entre a Unesp e o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza;
- Luta pela democracia interna na Universidade, inclusive nos órgãos colegiados, e pelo respeito às suas deliberações propondo:
 - a) a realização de um Congresso Universitário da Unesp

b) a realização da II Assembléia Universitária da Unesp, que inclua no temário essa questão.
c) audiência pública com o Conselho Estadual de Educação para discutir questões referentes à Unesp

- Aumento no número de vagas para a Unesp com a equivalente dotação de verbas, inclusive para a adequada ampliação dos quadros docente e técnico-administrativo, bem como infra-estrutura física e técnica que possibilite o seu pleno funcionamento e garanta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Política permanente de contratação de professores em RDIDP e de funcionários, por concurso público, para reposição e ampliação do quadro das universidades;
- Fim das terceirizações e das contratações precárias de docentes e funcionários via Fundunesp e demais Fundações;
- Por uma dotação orçamentária própria para manutenção e ampliação da assistência estudantil nas três universidades e no Centro Paula Souza: moradia, restaurante e bolsas de estudo e transporte;
- Manutenção da isonomia salarial entre aposentados e o pessoal da ativa;
- Participação e articulação das lutas em defesa da educação pública, gratuita e socialmente referenciada, e da Ciência e Tecnologia, especificamente no campo da pesquisa e da pós-graduação, defendendo intransigentemente:
 - a) a ampliação de verbas públicas para financiamento da C & T (1,5% do PIB);
 - b) a integração ensino/pesquisa/extensão; graduação/pós-graduação; educação superior/educação básica; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
 - c) a liberdade acadêmica dos professores, estudantes e técnicos-administrativos, bem como a autonomia institucional, na definição e abordagem dos problemas e busca de soluções, contra a ingerência das instâncias do capital e do governo nas políticas acadêmicas e de C&T;
 - d) democratização e transparência na gestão dos órgãos de fomento;
 - e) os direitos referentes ao trabalho docente.